



AESE
ESCOLA DE DIRECÇÃO
E NEGÓCIOS

Publicação: quinzenal
Director: J.L. Carvalho Cardoso
Editor e Proprietário: AESE
Impresso por: Cromaticamente
Depósito legal: n.º 21228/88
Preço: € 1

CORREIO DA AESE

23º Ano

Nº 548, 1-1-2011

DOCUMENTAÇÃO

SERÁ POSSÍVEL A DIPLOMACIA SEM SEGREDOS?

A filtragem dos despachos da diplomacia dos EUA suscitou debate na imprensa internacional entre os defensores da transparência levada ao limite e os que defendem a necessidade do segredo para que a acção diplomática seja eficaz.

Dada a filtragem de 250 000 documentos da diplomacia norte-americana e respectiva difusão em cinco jornais, não é estranho que o Departamento de Estado tenha manifestado o seu descontentamento. Para Hillary Clinton, trata-se de um «roubo», «um ataque à comunidade internacional», que «coloca em risco muitas vidas», ameaça os esforços antiterroristas e prejudica as relações dos Estados Unidos com os seus aliados.

Os países democráticos desclassificam a sua correspondência diplomática ao fim de um determinado número de anos. Pelo contrário, com a filtragem feita pela *WikiLeaks*, veio ao conhecimento público a correspondência trocada entre o Departamento de Estado e as suas embaixadas, em geral entre 2004 e 2010.

Ninguém nega que os documentos têm interesse informativo e que constituem um material suculento para a imprensa. Mas também podem prejudicar os interesses dos Estados Unidos, dos dirigentes estrangeiros que vêem publicadas coisas que disseram em privado e colocar em risco a segurança de

peçoas. Deviam ter sido publicados? Os meios de comunicação social que os publicaram - *The New York Times*, *The Guardian*, *Le Monde*, *El País* e o semanário *Der Spiegel* - defendem logicamente a sua difusão.

Transparência e interesse público

O *The New York Times* diz que a publicação se justifica, porque é importante que sejam conhecidas as razões do governo nas suas tomadas de decisões, as motivações dos aliados que recebem ajuda norte-americana e a diplomacia relacionada com as guerras e países em que os Estados Unidos estão mais envolvidos.

O diário norte-americano considera que «os documentos servem um importante interesse público e esclarecem os objectivos, os êxitos, os compromissos e as frustrações da diplomacia norte-americana de uma forma que nenhuma outra explicação poderia conseguir».

Para este diário, a importância desses papéis reside em mostrarem principalmente duas coisas: primeiro, a honradez e eficácia, em geral, da diplomacia do actual governo norte-americano; segundo, algumas manobras obscuras - como as

ordens a diplomatas de procurarem dados privados de personalidades estrangeiras - que devem ser denunciadas.

O *El País* apela à necessidade de transparência no governo. «A transparência é a principal garantia contra a arbitrariedade no comportamento dos poderes públicos, incluindo a corrupção. As relações diplomáticas não se deveriam converter num reduto à margem da exigência de transparência.» No mesmo editorial reconhece-se: «De acordo com a Convenção de Viena, as embaixadas estão autorizadas a obter qualquer informação dos Estados onde se encontram acreditadas, desde que o façam através de meios lícitos. A informação contida nos documentos agora conhecidos não prova que os Estados Unidos tenham cometido qualquer ilegalidade; dependerá dos meios que tenha empregue para a obter.»

O *Le Monde* justifica a publicação dos documentos pelo facto de já ter sido efectuada a filtragem: «A partir do momento em que esta massa de documentos foi transmitida, inclusivamente de modo ilegal, pela *WikiLeaks*, e que corre o risco de ser de domínio público a qualquer momento, o *Le Monde* considerou que era sua missão conhecer essa documentação, analisá-la de um ponto de vista jornalístico e colocá-la à disposição dos seus leitores.» O *The New York Times* insiste igualmente na mesma ideia de que a maioria dos documentos teriam sido tornados públicos independentemente da decisão do diário.

O *The Guardian* comunica aos seus leitores que antes da publicação advertiu o governo norte-americano das suas intenções e que os funcionários não negaram a autenticidade do material.

Riscos para a segurança

Será que a publicação destes documentos coloca em risco a segurança nacional ou de pessoas concretas? O *The New York Times* informou as

autoridades sobre quais os documentos que pensava utilizar, propondo-lhes que dissessem se alguma informação podia ser desleal por motivos de segurança. Os cinco jornais publicaram artigos baseados nos documentos filtrados para os situar no seu contexto, mas, segundo o *Le Monde*, «editaram cuidadosamente os textos em bruto utilizados, a fim de retirar todos os nomes e indícios cuja divulgação poderia envolver risco para pessoas físicas».

O *Le Monde* parece render uma homenagem à transparência dos Estados Unidos, ao reconhecer que, «devido à sua natureza aberta, uma potência democrática expõe-se a mais intromissões que um poder fechado ou opaco». Publicou inclusivamente na sua página de debates um artigo do embaixador dos Estados Unidos em França, para que expusesse o seu ponto de vista.

Um festim de segredos

O catedrático de Estudos Europeus na *University of Oxford*, Timothy Garton Ash, num artigo publicado no *The Guardian*, considera que a filtragem proporciona um grande material ao historiador, mas interroga-se sobre se a diplomacia poderá funcionar com essas condições de transparência.

Recorda que «não apareceram segredos das categorias máximas», mas, ainda assim, «aquilo que temos é um verdadeiro festim». Compreende que o Departamento de Estado se tenha irritado com a filtragem. Todavia, afirma, «pelo que vimos, os profissionais das relações externas dos Estados Unidos têm poucas coisas de que se possam envergonhar». Embora haja algumas habilidades obscuras sobre «a guerra contra o terror», «aquilo com que deparamos aqui é a acção de alguns diplomatas que fazem o trabalho que lhes cabe: averiguar aquilo que está a ocorrer nos lugares onde estão destacados e promover os interesses do seu país e as políticas do seu governo».

Para Ash, «existe um genuíno interesse do público em conhecer estas coisas». Mas interroga-se: «Como será possível exercer o trabalho diplomático nestas condições? Não há dúvida de que o porta-voz do Departamento de Estado tem razão quando diz que as revelações "vão criar tensão nas relações entre os nossos diplomatas e os nossos amigos de todo o mundo". O receio pelas filtragens já está a levar a que seja mais difícil governar.»

Ash adverte para dois interesses que se contrapõem: «Existe um interesse público em compreender como funciona o mundo e que coisas são feitas em nosso nome. Existe um interesse público numa gestão confidencial da política externa. E os dois interesses estão em contraposição.»

Vandalismo mais do que valentia

Alguns comentadores debatem-se sobre se o criador da *WikiLeaks*, Julian Assange, apóstolo da transparência, está a actuar de modo responsável ao promover estas filtragens. Um comentador habitual do *The New York Times*, David Brooks, critica a mentalidade anarquista de Julian Assange, para quem todo o segredo é imoral e todo o poder, suspeito. Na realidade, manter a paz e a segurança exige que líderes e diplomatas dialoguem em privado, na busca de informação e de entendimento. A imprensa responsável irá procurar obter revelações sobre assuntos de interesse público - por exemplo, perguntando: «Utilizarão os Estados Unidos os seus diplomatas para espiar a ONU?» - «sem revelar de forma indiscriminada os pormenores da acção diplomática», o que pode prejudicar o poder de persuasão sobre amigos e inimigos.

Posição semelhante tem o *The Times*, de Londres, que, embora reconhecendo o valor informativo dos documentos, declara que não deveriam ter sido tornados públicos: a administração norte-americana é culpada de uma falha de segurança

e o autor da filtragem é um traidor. Mais ainda: «Independentemente da origem da informação, o comportamento da *WikiLeaks* ao difundir-la, como noutros dois casos anteriores em que publicou documentos secretos, não é um golpe para rectificar uma injustiça ou reformar a política internacional. É mais um acto de vandalismo do que de valentia.»

Nas palavras do *The Wall Street Journal*: «Muitas vezes, para que a acção política seja eficaz, há que manter os pormenores em segredo. Os responsáveis estrangeiros só irão falar francamente com os emissários norte-americanos se acharem que as suas palavras não serão manchetes nas primeiras páginas da imprensa mundial.» Mas o mesmo diário diz que o caso ensina uma lição: «É muito mais difícil guardar segredos na era da Internet, pelo que o governo terá de aprender a guardar menos segredos e a reservá-los a menos pessoas.»

WikiLeaks, organização de utilidade social?

Algo semelhante afirma Ben Macintyre, comentador do *Times* londrino. A subtracção em grande escala de documentos foi possível porque o governo norte-americano mudou os procedimentos após o 11 de Setembro de 2001. A investigação descobriu que talvez tivesse sido possível fazer abortar a trama terrorista se os diversos organismos de segurança tivessem partilhado dados dispersos obtidos por cada um. Daí terem sido postos em circulação relatórios reservados (não de segredo máximo) e um soldado dos serviços de informações militares destinado ao Iraque ter podido conseguir acesso a eles. Isto não voltará a acontecer, diz Macintyre. «Saber que tudo o que escreva um diplomata (...) pode ser filtrado, fomentará sem dúvida não apenas uma reserva maior, como também talvez outro tipo de diplomacia», mais baseada na transmissão oral.

Ou pelo menos não se voltará a usar o tom desdenhoso relativo a dirigentes estrangeiros que se

observa em muitos dos despachos publicados, de clara origem jornalística. «Um funcionário de segundo plano na embaixada dos Estados Unidos olhou para os jornais, redigiu uma apressada caricatura, condimentou-a com mexericos e acrescentou um ligeiro verniz de ares de superioridade.»

Num blogue da web da *The Economist*, um correspondente nos Estados Unidos, que assina M. S., conclui que «a *WikiLeaks* degenera em mexericos». Uma filtragem anterior da *WikiLeaks*, o vídeo *Collateral Murder*, era importante, apoiada numa investigação séria sobre o que é mostrado pelas imagens. Proporciona uma visão da realidade da guerra, que o Pentágono não quis publicar. Pelo contrário, «agarrar todos os despachos diplomáticos que se puder e publicá-los não é uma actividade que seja útil socialmente».

Pelo contrário, outro bloguista do mesmo semanário, W. W., defende a filtragem: «Se o segredo é necessário para a segurança nacional e a eficácia diplomática, também é inevitável que a prerrogativa do segredo vai ser usada para ocultar malfetorias do Estado e dos seus agentes. Receio que não haja um dispositivo de supervisão que não acabe por cair debaixo do controlo indirecto dos mesmos generais, espiões e responsáveis pelos assuntos externos que deveria supervisionar. Organizações como a *WikiLeaks* (...) podem ser o melhor que podemos esperar para promover o clima de transparência e prestação de contas necessário de modo a haver uma autêntica democracia liberal.»

Mal-estar árabe

A *The Economist* oferece alguns exemplos de comentários feitos na imprensa árabe. Mal dão pormenores sobre as revelações, nem entram no fundo dos assuntos, como o programa nuclear iraniano, e manifestam ressentimento contra os Estados Unidos pelo tom dos documentos ou pela própria filtragem.

Satie Nour Eddin escreve no diário libanês *Al Safir*: «Até esta altura, aquilo que foi difundido pela Internet não revela qualquer segredo nem resolve nenhum mistério. Limita-se a proporcionar uma imagem viva, espontânea e sincera do sentimento de superioridade norte-americana. Mostra a máscara que os diplomatas norte-americanos exibem nas suas conversas que efectuem em público, e que tiram quando escrevem relatórios aos seus superiores.»

No *Al Watan* (Koweit), Ahmed Yusef al Daeij suspeita que a filtragem seja interesseira. «Ninguém sabe a verdade sobre o assunto *WikiLeaks*. Será credível que os Estados Unidos, com toda a sua grandeza, poder e bravura, não tenham possibilidades de parar a *WikiLeaks* e os seus milhões de documentos? Ou será que os próprios norte-americanos filtraram estes documentos tendo algum objectivo em vista? Ou simplesmente terão feito vista grossa?»

Tarek al Homnayad, director do *Al Sharq al Awsat*, jornal internacional de propriedade saudita, não concede grande importância aos documentos. «Nem tudo aquilo que escrevem as embaixadas norte-americanas são factos; alguns desses relatórios estão retirados do seu contexto. Vários deles contêm análises e informações, mas os restantes documentos expressam apenas pontos de vista, não políticas efectivas. As negociações entre os diversos países para tomar decisões políticas importantes costumam ser francas, especialmente quando se processam à porta fechada.»

Tal franqueza constitui uma das baixas provocadas pela filtragem, afirma o comentador Nawaf al Tani no jornal *Al Raya* (Qatar). «As futuras entrevistas entre funcionários norte-americanos e árabes irão desenrolar-se mais do que alguma vez num contexto povoado de silêncios e de fórmulas de cortesia, enquanto as pessoas guardam ocultas as suas cartas.»